

JOÃO GABRIEL DE LIMA

A direita à direita da direita

**A política dividida em três –
e os riscos para a
democracia**



Prefácio

O ponto de desequilíbrio

por Eugênio Bucci

Não se trata mais de uma queda de braço entre esquerda e direita, tendo o centro, o velho centro, escalado para o papel conveniente de fiel da balança. Não, não é mais uma disputa bipolar entre “conservadores” e “progressistas”, com as políticas supostamente centristas servindo de moderação. O equilíbrio já não reside no ponto equidistante entre dois polos. Aliás, falando em polos, a palavra “polarização”, tão em voga, tão repetida e tão equivocada, já não retrata devidamente o que tensiona as esferas públicas dos nossos dias. O que vivemos não tem mais nada a ver com a tradicional rivalidade entre os representantes das empresas e os representantes do trabalho, não é mais uma luta insolúvel, ainda que negociável, entre privatistas e socialistas. O que vivemos é pior, mais complexo e mais difícil. Não estamos mais falando de um rio com duas margens, de um espectro com dois lados, de uma moeda com duas faces. A coisa mudou de figura.

Agora, temos que pensar em três margens, três lados e três faces. Existe a esquerda, sim. Existe a direita – também sim. Fora essas duas, existe ainda, e cada vez mais saliente, uma direita iracunda que fica para lá da direita. Uns a chamam de

ultradireita, outros falam em extrema-direita, há quem prefira direita radical e por aí vai. São muitas as denominações para essa coagulação de vocação fascizante, autoritária, preconceituosa, selvagem e odienta. Neste livro, João Gabriel de Lima prefere chamá-la de direita à direita da direita e explica por quê. Quanto à extrema-esquerda, não existe mais ou, se existe, conta pouco. Estatisticamente, qualquer coisa à esquerda da esquerda acabou ficando meio insignificante ou meio residual. É o que temos para hoje: esquerda, direita e, cada vez mais, essa direita à direita da direita.

Onde quer que você esteja, as conjunturas cheiram mal. O que está entrando em cena são excrescências de alta efetividade (digo “de alta efetividade” porque são eleitoralmente viáveis e eficazes). Exemplos não faltam: Donald Trump (EUA), Jair Bolsonaro (Brasil), Viktor Orbán (Hungria), Giorgia Meloni (Itália). São de direita? À primeira vista, claro que são. Mas quando tentamos examiná-los um pouco melhor, nenhum deles corresponde ao figurino da direita clássica, pois não prezam pelos valores democráticos e pela concorrência leal em mercados regrados. Nesse sentido, rompem com cláusulas pétreas do ideário que, no Brasil, temos chamado de “liberal” ou “conservador” (diferentemente do que acontece nos Estados Unidos ou no Reino Unido, os adjetivos “liberal” e “conservador” no Brasil não se repelem reciprocamente). Não apenas não são exatamente de direita, como atacam a direita democrática e fecham fileiras para empurrar as pulsões direitistas a um ponto que escapa ao campo do Estado Democrático de Direito e se opõem a ele. Eu diria mesmo que eles representam uma vertente do capital desprovido de Estado, desprovido de qualquer possibilidade de contenção.

Por evidente, a lista de excrescências de alta efetividade vai além dos nomes que citei aqui. Nesta obra, você vai conhecer a lista por inteiro, de modo circunstanciado e metódico. A direita à direita da direita constitui um objeto real, empiricamente posto,

incontestavelmente inscrito no plano dos fatos, e João Gabriel verifica in loco as manifestações mais barulhentas e substanciais dessa nova vertente, seja na Hungria ou na Espanha, seja no Brasil ou em Portugal.

Este livro propõe uma categoria nova, qual seja, a direita à direita da direita, e, mais ainda, documenta como ela aparece em cada país (as formas nacionais diferem umas das outras), causando estragos visíveis e invisíveis. O que temos aqui é um trabalho em dois níveis, que se interpenetram e se completam. Temos o trabalho do repórter internacional de política, assim como temos também o trabalho do estudioso de ciência política. Os capítulos, todos eles, baseiam-se em reportagens extensas que o autor escreveu para veículos da imprensa brasileira, como a revista Piauí ou o jornal Folha de S.Paulo. São produtos da atividade jornalística em sua expressão mais elevada. Ao mesmo tempo, reconhecemos, em cada um dos capítulos, o acúmulo teórico da pesquisa que o autor desenvolve no programa de doutoramento em política comparada na Universidade de Lisboa. Aqui comparecem, então, o repórter e o acadêmico, ambos de admirável qualidade.

A imbricação entre o pensamento cultivado com método e a apuração factual, verificada no plano prático, resulta, no caso presente, num material de imenso valor. Em linguagem acessível, com passagens luminosas, João Gabriel de Lima vem nos apresentar um problema que, sem nenhum exagero, é do tamanho do mundo. Essa direita à direita da direita já fagocita a direita convencional e esteriliza o centro, que simplesmente some – como no caso brasileiro. Quanto à democracia, esta apresenta sinais de declínio. A realidade se desorganiza. As instituições adoecem e, em certas partes, agonizam. Nós, que sempre buscamos entender as coisas a partir da identificação do seu ponto de equilíbrio – ou, se quisermos, do seu centro de gravidade –, agora recebemos o convite a conhecer este que não é outro

senão o ponto de desequilíbrio do nosso tempo. O problema do tamanho do mundo desanda o mundo. A desarmonia triunfa. O desentendimento e o desequilíbrio prevalecem. Direita à direita da direita.

João Gabriel de Lima é um dos jornalistas mais completos da sua geração. Para começar, tem uma rara capacidade de entendimento dos contextos, um entendimento quase instantâneo, o que lhe confere agilidade única para situar os fatos e relacioná-los, ligá-los uns aos outros, com pertinência e consequência. Em segundo lugar, devo dar destaque para a capacidade de apuração e investigação. Além de saber entrevistar muito bem, além de ir às fontes certas, com a abordagem certa, no ponto certo, sabe acessar documentos e recuperar de acervos e bancos de dados as informações que elucidam a lógica do que se passa no presente. Quem trafega pelas redações da vida sabe que não é fácil encontrar gente assim.

Há mais. João Gabriel tem o dom de se deixar mover pelas perguntas que precisam ser ouvidas, o que quer dizer que não se deixa aprisionar por preconceitos, por modismos e por engajamentos prévios. Some-se a isso uma bagagem cultural muito, mas muito acima da média. Eu me lembro do impacto que teve em mim o seu livro de ficção, um romance, O Burlador de Sevilha (Companhia das Letras, 2000). Além de bem escrito, bem concebido e bem montado, o texto transpira um conhecimento superior de ópera que, definitivamente, não faz parte do pacote costumeiro dos jornalistas profissionais.

Desde muito tempo, lá se vão quase trinta anos, acompanho de perto a sua trajetória. Entre outros cargos que ocupou, sempre com brilho, foi diretor de redação da revista Bravo!, na Editora Abril, onde também trabalhou na redação da Veja, isso nos tempos áureos do semanário. Na Globo, dirigiu a revista Época, à qual imprimiu uma condução jornalística que conjugava objetividade

sem concessões, pluralismo de pontos de vista e inteligência editorial, num nível dificilmente encontrado no Brasil.

De minha parte, tenho elementos para acreditar que foi a experiência à frente da *Época* que o levou à necessidade de refletir com mais embasamento sobre o efeito que o debate de ideias – desde que bem mediado, bem editado e bem veiculado – pode ter sobre o vigor da democracia. Como editor de uma grande revista noticiosa com alcance nacional, ele se questionava todos os dias sobre a melhor maneira de expor as muitas visões de país, as opiniões discrepantes, e, mais ainda, sobre como construir pontes de diálogo fértil entre tantas perspectivas diferentes. Foi assim que, logo depois de sair da *Época*, ele voltou à universidade para estudar o papel da imprensa na mediação do debate público.

Em 2019, ele defendeu a sua dissertação de mestrado na Escola de Comunicações e Artes da USP (a mesma casa em que se formara jornalista em 1989). Fui seu orientador, com alegria e, devo explicitar, muita honra. O título e o subtítulo já diziam tudo: “O espelho da diversidade: Esquerdas e direitas no debate público brasileiro – como a imprensa pode refletir a conversa inteligente por trás da cortina da estridência”. Naquele período, João Gabriel retornou à USP com a finalidade de pesquisar e compreender o que o jornalismo pode fazer para abrir caminhos de diálogo na sociedade.

Um dos casos que ele esmiuçou em sua dissertação foi as controvérsias entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, que se estenderam a partir da era Vargas, ainda na primeira metade do século XX. Roberto Simonsen, mais aberto a alguma ação estatal na economia, dialogou publicamente com Eugênio Gudin, menos propenso a aceitar essa possibilidade. Em seu mestrado, João Gabriel mostrou como o fluxo de argumentos e contra-argumentos entre os dois, gerou o que ele chama de pensamento de direita no Brasil. Tanto Gudin quanto Simonsen eram anticomunistas, não queriam nada com a esquerda. Ambos,

porém, sintetizaram formas ilustradas de compromisso com a democracia e com o Estado de Direito, deixando ideias que forjaram uma tradição liberal (conforme a métrica, também podemos chamá-la de conservadora), com abertura para receber críticas e sem vilanizar adversários (no capítulo 10 deste livro, a interlocução entre Gudin e Simonsen é retomada em passagens especialmente saborosas).

O mestrado evoluiu muito bem. Eu me lembro que, na banca de defesa, estiveram presentes os professores Paulo Nassar, Marcos Lisboa e Samuel Pessoa. Foi uma tarde de boas conversas, à altura da bela dissertação que examinamos.

Depois da experiência na pós-graduação da USP, João Gabriel se decidiu por aprofundar seus estudos e, ao mesmo tempo, resolveu que era hora de mudar de país: transferiu-se para Portugal e iniciou o doutorado da Universidade de Lisboa. Lá, está finalizando uma tese sobre os padrões de relacionamento entre governos e atores do movimento ambiental, numa comparação entre os governos Lula e Bolsonaro no Brasil. O conceito de democracia proposto por Robert Dahl (1915-2014), o aclamado cientista político nascido nos Estados Unidos, é o marco teórico da pesquisa. Dahl pensou a democracia como “poliarquia”, de tal maneira que todas as pessoas têm como incidir no exercício do poder. Uma ordem democrática, de acordo com ele, não se resume à manutenção de eleições regulares ou à alternância de correntes diferentes no comando do país.

Em tempo, no capítulo 8 deste livro (“A democracia está ameaçada?”), João Gabriel explica por que a visão de Robert Dahl – mais dinâmica, menos formalista e, em boa medida, mais afinada com a ideia de que a democracia é uma forma social que cria direitos, expandindo-os indefinidamente – foi decisiva para que pudessem ser criados modelos de avaliação periódicas e sequenciais da saúde dos estados democráticos, como o do

V-Dem. Tudo isso vai ser muito bem apresentado nas páginas que se seguirão a este prefácio.

Em boa medida, este livro, *A direita à direita da direita*, deve muito à pesquisa de João Gabriel na Universidade de Lisboa, embora seu assunto central – as precipitações de perfil fascista (eu insisto nesse adjetivo) dos nossos dias – não se confunda com o núcleo temático da tese que ele está terminando, voltado para o modo como, no Brasil, os governos negociaram (ou não) a pauta ambiental com os empresários, com as ONGs e com as comunidades que habitam as florestas ou as áreas elegíveis a alguma forma de proteção ambiental. João Gabriel vai pôr o ponto final em sua tese ainda este ano, em 2026. Esperamos com ansiedade para ler o trabalho.

Para concluir o que eu tinha para dizer aqui – e deveria dizê-lo com mais brevidade –, devo acrescentar que estudar faz bem à imprensa. Por muito tempo, e de modo quase unânime, predominou um certo antiintelectualismo blasé nas maiores redações do país. Houve exceções, por certo: em certas ilhas, cercadas de jornalistas autossuficientes por todos os lados, vicejou a discreta mentalidade de que o ambiente acadêmico teria algo a ensinar às rotinas jornalísticas. De modo geral, contudo, a imagem que se tinha da universidade – ao menos entre muitos dos profissionais mais graduados na hierarquia das empresas jornalísticas – era arrevesada, talvez até preconceituosa. Enxergava-se a pesquisa em Ciências Humanas ou em Ciências Sociais como um amontoado de cacoetes estéreis, desprovidos de imaginação, de velocidade mental e de capacidade inventiva.

Ainda bem que as coisas mudaram, ao menos um pouco. Entre tantos outros méritos, este livro vem nos provar que estudar vale a pena. Nesta obra, João Gabriel nos presenteia com reportagens de primeira grandeza e, ao mesmo tempo, nos traz notícias do bem que a universidade pode fazer ao jornalismo.

Estamos enfrentando um ponto de desequilíbrio que empestou o mundo inteiro. Não por acaso, esse ponto de desequilíbrio tem predileção por atacar a Justiça, a arte, a universidade e a imprensa. No fundo, deseja com ardor matar essas instituições. O quadro é difícil. Não percam de vista que o saber e o cultivo da verdade factual poderão nos ajudar a vencer o obscurantismo da direita à direita da direita. Sem o saber e sem a verdade factual, nós vamos perder – e vamos desaparecer.

AMOSTRA

Introdução

Da mesma maneira que um navegador identifica uma nova terra quando a vê de longe usando uma luneta, este livro desenvolve uma ideia a partir de uma lente de observação.

A ideia: apesar de muito se falar em polarização, palavra que pressupõe a existência de dois lados que se digladiam, a política nas democracias ocidentais se divide, atualmente, em três campos: esquerda, direita e uma direita à direita da direita. Esse terceiro lado, chamado de ultradireita pela ciência política, veio para ficar e participa de eleições na maioria dos países democráticos – embora, paradoxalmente, seja em muitos casos uma ameaça à própria democracia.

A lente de observação utilizada neste livro são as democracias europeias. Na Europa predominam os governos liderados por primeiros-ministros. As divisões dentro dos parlamentos permitem enxergar com mais clareza as diversas nuances de projetos de país que disputam as preferências dos eleitores no debate público. Hoje, várias dessas casas legislativas, a começar pelo Parlamento Europeu, apresentam uma clara divisão tripartite. Em Estrasburgo, onde fica a sede do Parlamento, a direita é representada pelo Partido Popular Europeu, a esquerda pelos Socialistas e Democráticos e a ultradireita por três agrupamentos de siglas: Conservadores e Reformistas, Patriotas pela Europa e Europa das Nações Soberanas. Nas eleições de

2025, a ultradireita cresceu a ponto de provocar, no Parlamento Europeu, uma divisão em três blocos de tamanho semelhante – e a maior parte dos países do continente espelha essa divisão, como veremos no Capítulo 1.

A partir da análise dos parlamentarismos europeus, é possível enxergar melhor as nuances de países presidencialistas onde, aparentemente, impera a “polarização” direita-esquerda – casos de Brasil e Estados Unidos. Usando a luneta do navegador, podemos perceber como a suposta divisão em dois campos esconde uma luta interna entre duas direitas, uma tradicional, focada em temas econômicos – aquela que a esquerda antigamente chamava de “neoliberal” – e outra mais atenta a questões comportamentais e à guerra cultural, a mesma que em alguns momentos desafia a própria ideia de democracia. Essa luta fica clara quando se examina o incômodo que a direita à direita da direita causou, nos Estados Unidos e no Brasil, nos eleitorados tradicionais “liberal” e “conservador”.

Na maior parte dos países da União Europeia a divisão entre os três campos é clara. Países como Espanha, Portugal, França e Alemanha espelham a divisão entre esquerda, direita e ultradireita que se vê no Parlamento Europeu – e vice-versa. No Brasil e nos Estados Unidos essa divisão fica escamoteada por um fato: nos dois presidencialismos, a ultradireita passou a liderar o campo das direitas a partir de uma figura carismática. Os sobrenomes dos bois: Trump nos Estados Unidos e Bolsonaro no Brasil. No segundo caso não se trata apenas de um líder, mas de uma família onde o patriarca cultiva sucessores entre seus filhos varões.

O incômodo da direita tradicional, subjugada nos dois países, aparece por exemplo no livro “O Crepúsculo da Democracia”, da ensaísta americana Anne Applebaum, uma antiga eleitora do Partido Republicano de Ronald Reagan que não se identifica com a radicalização da sigla nos EUA. O mesmo ocorreu no Brasil com os que militavam nos *think tanks* liberais, defendendo um

projeto de país com menos presença do Estado na economia, como veremos no capítulo 10.

Essas duas correntes foram esmagadas pela ascensão da ultradireita. Criou-se um dilema de difícil resolução. Em pleitos majoritários, eleitores da direita tradicional se veem entre dois polos distantes de suas convicções, a esquerda e a ultradireita. Grande parte dessa direita aderiu – por conveniência, oportunismo ou falta de opção – às lideranças carismáticas surgidas no extremo do espectro, mesmo que elas explicitassem tendências autoritárias ou golpistas. Isso explica em parte as duas eleições de Trump, a eleição de Bolsonaro e o fato de o ex-presidente brasileiro ainda ser uma liderança importante no país, mesmo condenado e preso por tentativa de golpe de Estado.

A ideia da democracia dividida em três não deve ser confundida com o fenômeno da “terceira via”, popular na década final do século passado. Governos como o do democrata Bill Clinton nos Estados Unidos, do trabalhista Tony Blair no Reino Unido e do social-democrata Fernando Henrique Cardoso no Brasil receberam essa designação na academia por combinar elementos clássicos dos governos de direita – como a busca de um capitalismo eficiente na geração de riqueza, num cardápio que incluía privatizações de empresas públicas – com políticas redistributivas típicas dos regimes de esquerda. O tempo passou, a esquerda se tornou menos “socialista”, a direita menos “neoliberal” e a expressão “terceira via” perdeu o sentido.

O terceiro campo que surgiu na maior parte das democracias ocidentais não é mais um ponto médio entre esquerda e direita. É uma direita à direita da direita que não tem equivalência do outro lado. Não há na maioria das democracias uma “esquerda à esquerda da esquerda” com igual peso. Radicais do outro lado do espectro costumam ter muito pouca relevância eleitoral, como se pode observar pelos casos citados acima – Alemanha, França, Espanha, Portugal, Brasil, Estados Unidos e Parlamento Europeu.

Nesse cenário, aparecem frequentemente políticos que usam o termo “terceira via” de forma oportunista, como se houvesse uma equivalência entre a esquerda tradicional, democrática, e uma ultradireita que frequentemente apresenta tendências autoritárias. Nesse quadro, a direita tradicional se tornaria uma espécie de “centro”. Trata-se de equívoco ou má-fé. Nas democracias acima, e em várias outras, o centro democrático se compõe da esquerda e da direita tradicionais, e a terceira força – que não é a terceira via – se situa, como no título deste livro, à direita da direita.

Seguindo na comparação náutica, este livro é estruturado em torno de viagens: entre Europa e América e entre teoria e prática. O porto de partida são reportagens jornalísticas publicadas na revista Piauí, no jornal Folha de S. Paulo e na revista Rosa. Nos textos, a observação in loco em quatro países – Portugal, Espanha, Hungria e Brasil – se mescla com leituras acadêmicas, realizadas no âmbito de um doutorado em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e também com entrevistas com especialistas. Em sua versão jornalística, essas reportagens tinham como objetivo fornecer, em tempo real, uma reflexão que ajudasse a entender os fatos. Na versão livro, as mesmas reportagens foram retrabalhadas, reeditadas e fundidas com material inédito, com o objetivo de atingir uma compreensão mais ampla do fenômeno.

O jogo das democracias não se compõe de uma única modalidade, mas de várias competições simultâneas, como numa olimpíada. Elas se dividem em dois grandes grupos: a disputa de poder e a disputa de ideias. A disputa de poder compreende os acordos entre os partidos, os lobbies dos grupos econômicos e organizações não governamentais, a batalha nas redes sociais para construir imagens de políticos e “desconstruir” adversários. A disputa de ideias abarca o conjunto de políticas públicas que cada

grupo defende – aquilo que costumamos chamar de “projetos de país”.

Neste livro, o jogo de ideias se sobrepõe ao jogo de poder. Na trajetória das democracias – e a brasileira é um bom exemplo – direitas e esquerdas desenvolveram projetos de país sólidos, mesmo que muitas vezes o debate não tenha atingido a massa de eleitores. Este livro defende que as ultradireitas, em sua maioria, têm muito pouco, ou nada, a acrescentar à discussão essencial sobre projetos de país.

Usar a “luneta europeia” pode fazer sentido na medida em que, mesmo apontada como decadente dos pontos de vista econômico, geopolítico e militar, além de justamente criticada por seu papel histórico na era das colonizações, a Europa segue sendo referência mundial quando se fala em regimes democráticos. Numa obra precursora da teoria democrática moderna, o cientista político americano Robert Dahl (1915-2014) define como “democracias estáveis” os 21 países que depois da Segunda Guerra Mundial viveram, continuamente, sob regimes de liberdade. Destes, 15 fazem parte da União Europeia – criada, desde o início, para ser um clube de democracias.

Ao mesmo tempo que é referência na institucionalização de regimes de liberdade, a Europa tem sido, paradoxalmente, o lugar onde a ultradireita mais vem ganhando adeptos ao longo dos últimos anos. Esse crescimento ressuscita fantasmas de antigos autoritarismos, como o nazismo e os fascismos que estiveram na raiz do último conflito mundial. São raros, no entanto, partidos de ultradireita que reivindicam laços com o passado autoritário, e quando o fazem costuma ser de maneira indireta e dissimulada, como veremos no Capítulo 4.

Nesse sentido, a ultradireita brasileira é bem mais explícita. Seu principal líder, Jair Bolsonaro, defendeu a ditadura militar brasileira durante toda a sua vida política, como veremos no capítulo 2. Após perder uma eleição, foi condenado pela Justiça

do país – e posteriormente preso – por liderar uma tentativa de golpe de Estado nos moldes de uma quartelada tradicional.

A ideia de escrever este livro surgiu durante um congresso sobre nostalgia autoritária ocorrido na Universidade Carolina, em Praga, em maio de 2025. Examinar o caso brasileiro sob uma lente europeia não apenas explicitou o fato de que, no Brasil, as referências ao passado ditatorial eram bem mais evidentes. Surgiram várias outras questões. Em que medida essas direitas à direita da direita se articulavam como um “clube” internacional? Quais as diferenças e semelhanças entre os integrantes europeus e americanos dessa família, parlamentaristas e presidencialistas? Quais as origens locais dessas forças políticas e como as esquerdas e as direitas tradicionais reagiram à sua ascensão? Os partidos e líderes da ultradireita possuem agendas comuns ou definem-se apenas por se reconhecerem como integrantes de um mesmo movimento internacional? O que a ciência política já tem a dizer sobre a direita à direita da direita? Em que medida esse novo campo político ameaça as instituições liberais e os sistemas democráticos? Como lidar com ele?

O livro começa com cenas da posse de Donald Trump em seu segundo mandato, em janeiro de 2025. A obra não se aprofunda, no entanto, no efeito imenso do trumpismo sobre a economia e a geopolítica internacionais – tema de várias obras e ensaios escritos por especialistas. O papel das ferramentas digitais e das redes sociais na ascensão da ultradireita aparece no livro, mas não é seu assunto central – há igualmente várias outras publicações discutindo o assunto. Movimentos minoritários racistas, xenófobos, homofóbicos ou machistas aparecem no livro, mas apenas como coadjuvantes. Os personagens centrais que destacamos neste relato de viagem são os atores institucionais, partidos e políticos. O objetivo é entender como a presença desses líderes e grupos, nem sempre democráticos — e cada vez mais inevitáveis —, afeta internamente nossas democracias.

Sim, pois há uma outra ideia central neste livro, além da constatação de que as democracias, contrariando o discurso da bipolarização, hoje se dividem em três. Depois de ver a ultradireita se enraizar na maior parte das nações da União Europeia, um clube de democracias, e deixar de joelhos a direita tradicional em países como Estados Unidos e Brasil, é inevitável constatar que seus líderes carismáticos e partidos com presença parlamentar vieram para ficar. Conhecê-los profundamente e saber como lidar com eles, dentro de nossos sistemas eleitorais – a direita à direita da direita lança e lançará cada vez mais candidatos em pleitos mundo afora – tornou-se questão de vida ou morte, existencial mesmo, na maior parte das democracias.

AMOSTRA